

Resenha do Livro:
A Potência Feminista,
Ou O Desejo De Transformar Tudo¹

Mariana Seffrin²

Verônica Gago propõe em seu livro *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*, recém lançado no Brasil pela Editora Elefante, que a greve feminista³ constrói um novo modelo de greve. Ela percebe a greve feminista como uma lupa pela qual podemos reavaliar os movimentos sociais de mulheres, e sugere que este novo modelo provoca duas transformações: uma analítica, e potencialmente paradigmática, que faz uma análise econômica e política do neoliberalismo a partir do alargamento dos conceitos de trabalho e classe; e outra prática, de alargamento de repertório, produzindo novas formas de ação política dos movimentos sociais. Sua experiência como militante do coletivo latino-americano *Ni Una Menos*, como pesquisadora de economia popular e feminista, e como crítica materialista do neoliberalismo, estão fortemente vinculadas aos temas que ela aborda ao longo da obra, a autora faz questão de deixar explícito o seu caráter engajado, caracterizando a sua pesquisa como “pensar situado” – e aqui o conceito de corpo-território (um corpo que existe sempre relacionado a um contexto geográfico), um dos conceitos centrais da obra, expande o seu sentido epistemológico e adquire até um sentidometalinguístico – sem pretensões cartesianas. A obra conversa com o campo marxista, partindo de Marx e Rosa Luxemburgo, chegando ao feminismo marxista atual, representado especialmente por Silvia Federici – cujos escritos são germinais para as análises propostas por Verónica Gago – e Nancy Fraser.

O livro está, segundo a autora, dividido arbitrariamente em oito capítulos de forma a corresponder à quantidade de pontos elencados no documento coletivo produzido, cuja redação também teve participação da autora, para a primeira greve internacional de mulheres de 8 de março de 2017. Coincidência ou não, o livro transita

¹GAGO, Verónica. *A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo*. Tradução Igor Peres. 1ª edição. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

²Mariana Seffrin é formada em História – Licenciatura, especialista em Sociologia e mestre em Ciências Humanas; atualmente pesquisa a relação entre esfera pública virtual e subalternidade, UFSC.

³ As greves feministas são greves idealizadas, operacionadas, executadas e compostas por mulheres, independentemente de sua categoria ocupacional e nas quais os trabalhos de reprodução da vida e de cuidados, geralmente invisibilizados na lógica capitalista e moderna do trabalho assalariado, se tornam pontos centrais da paralisação e mobilização.

em torno de oito teses, centradas nas possibilidades que o movimento e a greve feminista germinam. Estas teses são, a saber:

- A greve feminista mapeia as novas formas de exploração do trabalho, especialmente o trabalho precarizado, e amplia a definição de trabalho e classe;
- A greve produz uma nova compreensão da violência contra mulheres e corpos feminizados, revelando as conexões com a violência econômica, institucional e colonial que se exerce sobre sujeitos subalternos: assim a violência deixa o espaço “doméstico”, privado e passa a ter caráter público;
- O movimento feminista atual é caracterizado por sua massividade e radicalidade;
- O feminismo produz novas críticas à economia política e amplia o conceito “economia”, a partir do desenvolvimento da economia popular e feminista;
- O movimento produz um contrapoder que desafia o binarismo entre reforma (*realpolitik*) e revolução;
- O feminismo atual é transnacional e plurinacional, ao mesmo tempo em que contribui para a tessitura desta rede de relações. O novo internacionalismo não parte de um pressuposto moral ou abstrato de povo e participação popular, mas de tramas de corpos-territórios;
- A contraofensiva ao feminismo transnacional se organiza em um tripé econômico, militar e religioso;
- O movimento feminista enfrenta a financeirização da vida, e o endividamento como disciplina dos corpos e subjetividades.

As greves feministas, que paralisam os trabalhos de cuidado, redefinem trabalho e classe na medida em que mapeiam as formas de trabalho precário, informal, doméstico e imigrante, e revelam a intrínseca relação do trabalho reprodutivo com o trabalho produtivo, relativizando a relação trabalho-salário, tão característica do pensamento moderno e capitalista. Silvia Federici, em *O calibã e a bruxa*, mostra como o trabalho doméstico se estabeleceu como condição primeira da acumulação primitiva para o desenvolvimento do capital, de forma que ele foi, e é, ao mesmo tempo, pressuposto e ocultado. Federici também aponta que a relação trabalho-salário criou um “patriarcado do salário”, no qual a autoridade masculina estava vinculada ao seu status de trabalhador e provedor; o mote, entoado nas greves feministas, “Trabajadoras somos todas” (Trabalhadoras somos todas), revela a subversão que o movimento faz nesta relação.

A greve ainda desvela o papel absolutamente essencial do trabalho reprodutivo, que não pode parar por completo; assim as assembleias feministas tornam-se fundamentais para pensar coletivamente formas possíveis de paralisação, mobilizando e somando experiências diversas, fruto da “inteligência coletiva” desperta pela assembleia. No fazer da assembleia feminista, a greve se constituiu não só como evento isolado, mas como processo – comocaracterizou Rosa Luxemburgo ao afirmar que toda

greve contêm um pensamento político –, que também é analítico e estratégico. A assembleia e a greve colocam o feminismo na vanguarda das lutas populares e antiliberais.

Logo após a primeira greve feminista na Argentina, em 2017, a violência contra mulheres cresceu e atingiu um pico; para Silvia Federici, a guerra permanente contra mulheres é uma condição recorrente da necessidade de acumulação primitiva do capital, já que garante as condições necessárias para o trabalho assalariado/produzido e mão-de-obra excedente; assim é possível estabelecer uma relação entre o processo grevista feminista e a onda de violência que o seguiu: estes corpos feminizados desobedientes precisam ser violenta e continuamente disciplinados. Mas Verónica Gago ainda propõe que a violência contra a mulher, geralmente caracterizada como violência doméstica, é conectada com outras violências exercidas sobre sujeitos subalternos (violências laborais, coloniais, extrativistas, econômicas, etc.) e que é um sintoma da falência do patriarcado do salário – a relação entre violências exercidas sobre uma comunidade, especialmente com a inferiorização e desautorização dos representantes masculinos de grupos subalternizados, e aumento da violência doméstica também está documentado nas aldeias do Xingu, em que o processo neocolonial avança (SEGATO, 2012). A violência, mesmo que aconteça no espaço doméstico, tem um caráter público.

Gago resgata o conceito, criado pelos movimentos antiextrativistas latino-americanos (movimentos que são indígenas e comunitários) de “corpo-território”, que é sempre um corpo localizado, de forma que a violência e o assassinato de corpos femininos se expressam como uma renovação do pacto colonial. Corpos-territórios são corpos dos quais violentamente se extraem recursos econômicos. E aqui se faz necessária uma elucidação: a autora amplia a ideia de extrativismo, de forma a abarcar também a exploração do trabalho não assalariado, a especulação imobiliária etc., em outras palavras, neoextrativismo é a exploração financeira que não é mediada pelo trabalho assalariado.

Além da violência, o endividamento também é usado como forma de disciplina dos corpos feminizados. Os governos progressistas que se instalaram na América Latina na primeira década dos anos 2000 promoveram um desenvolvimentismo extrativista, favorecendo e aprofundando o capitalismo através de meios menos convencionais, que vai de encontro com as lutas dos povos originários pela demarcação de terras e preservação dos ecossistemas, desenvolvimento que vem com o rótulo de “anti-imperialista” (ainda que a venda de *commodities* atenda perfeitamente à divisão internacional do trabalho e reforce a América Latina como periferia do capitalismo), servindo de base material de programas sociais que, com a crise do patriarcado do salário e a substituição do salário pelo subsídio, servem como fonte de sustento e de endividamento. Os dispositivos disciplinares da dívida garantem que o trabalho, assalariado ou não, continue servindo à acumulação capitalista, e opera uma cidadania vinculada ao consumo. As assembleias feministas percebem como a dívida reforça o sistema de opressão do salário e permite a continuidade de condições precarizadas de

trabalho, assalariado ou não; quando proclamam “Desendeadas nos queremos” (Desendividades nos queremos), as mulheres estão fazendo diagnóstico das condições da sua realidade financeira e se rebelando.

As assembleias aparecem então como um espaço criativo, de agência e potência, permitindo que as mulheres percebam, constatem e avaliem as opressões às quais estão submetidas, tomem decisões coletivamente, e criem estratégias de ação, experimentando outras formas de organização política, social e econômica. Como as mulheres têm uma vasta experiência com formas de trabalho e garantia de dignidade de vida fora da relação salarial, a assembleia tem o potencial de criar soluções para a crise do trabalho assalariado, e propor outras formas de trabalho, reconhecimento e retribuição; economia popular e economia feminista estão fortemente ligadas, e, ao operacionalizar formas alternativas de greve, de sustento e de auxílio mútuo, a assembleia destaca as relações de interdependência, invertendo a lógica neoliberal. Por causa de sua capacidade de diagnóstico e de ação, a assembleia consegue estabelecer ações de longo e curto prazo, e, por ser uma extensão da greve, estabelece-a como processo. A possibilidade de analisar as condições reais, propor ações e realizá-las no presente, vendo o seu desenrolar e as novas condições criadas a partir delas, permite o desenvolvimento de ações revolucionárias de longo prazo; assim, a assembleia coloca em xeque a dicotomia entre reforma e revolução.

O feminismo começa a se estabelecer como um movimento de proporções planetárias, mas cuja força concentra-se no hemisfério sul, o que talvez explique a sua intrínseca interseccionalidade, já que as lutas de mulheres do sul global conectam-se muito profundamente com as lutas anticoloniais, anti-extrativistas, anti-imperialistas e contra a exploração de corpos subalternos, sobre isso Verónica ainda sugere que a condição internacional do neoliberalismo é também uma das condições do internacionalismo feminista. Mas quando ela qualifica o atual movimento feminista como “internacional”, faz um adendo: considerando que ele não se funda sobre fronteiras nacionais convencionais, a autora prefere falar em feminismo transnacional e plurinacional. Segundo ela, esta nova forma organizacional e de ação tem sua origem no zapatismo, não por acaso, um movimento indígena, do sul global, que organiza em 1994 uma rede plurinacional, ou, segundo os próprios “intergaláctica”, de apoio à experiência dos caracóis de Chiapas; experiência amplamente marcada pelo ambientalismo, pela experimentação econômica e pelas políticas de igualdade de gênero¹.

O novo internacionalismo feminista se funda sobre o que Gago chama de “territórios transnacionais”: os territórios domésticos, marcados pela exploração do trabalho feminino; os territórios indígenas e comunitários, cujas lutas tradicionais chocam-se com os interesses neocoloniais e extrativistas; os territórios da precarização, marcados pela falência do modelo moderno de trabalho e remuneração. O feminismo, portanto, reúne sob si uma miríade de lutas protagonizadas por sujeitos subalternos, pois parte de sujeitos e lutas localizadas, corpos-territórios, mas que se conectam e que ultrapassam os limites fronteiriços. Assim, o movimento feminista produz uma

massividade que difere fundamentalmente do populismo ou de uma prerrogativa moral e abstrata de participação popular; o seu transnacionalismo nasce no processo de revolta e de luta, por isso mesmo sua massividade é marcada pela radicalidade – como é possível perceber, o feminismo atual se compraz em desafiar falsos antagonismos.

A contraofensiva ao movimento feminista vem se organizando sobre bases muito parecidas com aquelas que apoiaram os golpes militares pela América Latina na segunda metade do século XX, de maneira que a proteção da família (bem como a manutenção do patriarcado capitalista supremacista branco e a garantia da tutela e disciplinamento dos corpos feminizados) é um dos seus grandes trunfos. A Igreja Católica vem há algumas décadas produzindo discursos que podem ser condensados sob a terminologia “Ideologia de gênero”, localizando na teórica Judith Butler a responsável por desvincular a categoria “gênero” de sexo biológico; ainda cabe apontar que os dois últimos ocupantes do cargo papal, Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI) e Jorge Mario Bergoglio (Papa Francisco) estão ativamente envolvidos com a condenação dos estudos de gênero. A principal estratégia eclesiástica para combater o avanço feminista vem acompanhada de um argumento profundamente econômico e classista, que passa por relacionar o feminismo às elites econômicas, ao neoliberalismo, e a agências financeiras internacionais como o FMI (Fundo Monetário Internacional); criando uma idealização e essencialização da mulher pobre latino-americana que é retratada como “mãe, católica e conservadora”. A igreja se apresenta, portanto, como defensora da família e do trabalho, ambos estruturados sobre a constante tutela dos corpos femininos e da maternidade obrigatória. A autora aponta a falsa associação entre feminismo e neoliberalismo, reafirmando a dependência capitalista do colonialismo e do patriarcado, em outras palavras, da exploração do trabalho não remunerado e da sujeição dos corpos femininos à função reprodutiva.

O nacionalismo e o populismo encabeçados pela extrema direita, em geral ligada a setores militares, têm produzido também resistências ao avanço do feminismo, seja com a eleição de seus representantes – no Brasil notoriamente Jair Bolsonaro – e com a publicização de ideário conservador, seja com o uso da violência: o neoliberalismo e o neofacismo se unem na luta contra um inimigo comum, os corpos feminizados. As ações mais escancaradas do cruzamento da violência institucional e estatal contra mulheres vêm na forma do assassinato de lideranças femininas políticas populares, como é o caso de Marielle Franco, brutalmente assassinada no início de 2018ⁱⁱ.

O livro faz o importante trabalho de mapear tanto conquistas quanto desafios que se apresentam ao movimento feminista nas primeiras décadas do século XXI, especialmente no contexto latino-americano. Mas de forma particularmente importante a autora desdobra um roteiro dos novos repertórios de ação e das potencialidades que trazem consigo de forma a contribuir com a práxis dos feminismos populares, indígenas, comunitários, negros, trabalhadores, transgêneros, LGBTQIA+, e a construir um horizonte político revolucionário e anticapitalista.

Sobre a Autora

Verónica Gago é uma pesquisadora argentina, formada em Ciência Política e doutora em Ciências Sociais, jornalista, professora da Universidade de Buenos Aires (UBA) e da Universidade de San Martín (Unsam), militante do coletivo *Ni Uma Menos*, vinculada ao *Colectivo Situaciones*, e participa também do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET). Suas pesquisas centram-se em economia popular, economia feminista, neoliberalismo e teoria política. É autora dos livros *Razão neoliberal, economias barrocas e pragmática popular*, também publicada pela Editora Elefante, e *Uma lectura feminista de ladeuda* – escrito com Luci Cavallero.

Referências

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. Boitempo Editorial, 2019.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpos e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Editora Elefante, 2019.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernosces*, n. 18, 2012.

ⁱ Outra experiência política revolucionária que também tem bases ambientalista, feminista, anti-imperialista e plurinacional é a experiência democrática e autogestionária que acontece no território independente do norte da síria, território que foi denominado pelos revolucionários como Federação Democrática do Norte da Síria.

ⁱⁱ Recentemente foi apurado que miliciano ligado ao “Escritório do Crime”, grupo relacionado ao assassinato da vereadora Marielle Franco, planejou o assassinato de Talíria Petrone, deputada federal pelo Rio de Janeiro. Como Marielle, Petrone é negra, militante feminista e filiada ao PSOL (Partido Socialismo e Liberdade). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/miliciano-ligado-a-escritorio-do-crime-planeja-ataque-a-deputada-no-rio/>. Acesso em 11/11/2020.